

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 1/XIII/ 2.ª SL

Aos 21 dias do mês de setembro de 2016, pelas 11 horas e 10 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas;**
2. **Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias, designadamente:**
 - **COM (2016)197 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho Reformar o Sistema Europeu Comum de Asilo e melhorar as vias de entrada legal na Europa;
Relator - Deputado Pedro Delgado Alves (PS)**
 - **COM (2016) 270 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece os critérios e mecanismos de determinação do Estado-Membro responsável pela análise de um pedido de proteção internacional apresentado num dos Estados-Membros por um nacional de um país terceiro ou por um apátrida (reformulação);
Relator - Deputado Pedro Delgado Alves (PS)**
 - **COM (2016) 271 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria a agência da união europeia para o asilo e revoga o regulamento (UE) n.º 439/2010;
Relator - Deputado Pedro Delgado Alves (PS)**
 - **COM (2016) 272 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à criação do sistema «Eurodac» de comparação de impressões digitais para efeitos da aplicação efetiva do Regulamento (UE) n.º 604/2013, que estabelece os critérios e mecanismos de determinação do Estado-Membro responsável pela análise de pedidos de proteção internacional apresentados num dos Estados-Membros por nacionais de países terceiros ou apátridas], da identificação de nacionais de países terceiros ou apátridas em situação irregular, e de pedidos de comparação com os dados Eurodac apresentados pelas autoridades responsáveis dos Estados-Membros e pela Europol para fins de aplicação da lei e que altera o Regulamento (UE) n.º 1077/2011, que cria uma Agência europeia para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala no espaço de liberdade, segurança e justiça (reformulação);
Relator - Deputado Pedro Delgado Alves (PS)**
 - **COM (2016) 434 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 1030/2002 do Conselho, de 13 de junho de 2002, que estabelece um modelo uniforme de título de residência para os nacionais de países terceiros;
Relator - Deputado Pedro Delgado Alves (PS)**
 - **COM (2016) 411 - Proposta de regulamento do Conselho relativo à competência, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria matrimonial e em matéria de responsabilidade parental e ao rapto internacional de crianças e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1347/2000 (reformulação);
Relator - Deputado Fernando Negrão (PSD)**
 - **COM (2016) 237 - Proposta de decisão do Conselho Proposta de decisão do Conselho relativa à celebração, em nome da União Europeia, de um acordo entre os Estados Unidos da América e a União Europeia sobre a proteção dos dados pessoais no âmbito da prevenção, investigação, deteção e repressão de infrações penais;**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 1/XIII/ 2.ª SL

Relatora - Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)

3. Apresentação e apreciação de propostas para o plano de atividades da 2.ª sessão legislativa;
4. Admissão e distribuição de petições, designadamente:
 - Petição n.º 168/XIII/1.ª - Solicita a alteração do estatuto do Provedor da Justiça, reforçando os poderes desta entidade;
 - Petição n.º 170/XIII/1.ª - Solicita alteração legislativa ao regime de passagem à situação de reserva dos Militares da Guarda Nacional Republicana, de forma a garantir a justiça e equidade de tratamento;
5. Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;
6. Outros assuntos.

12:00Horas

Audição do ex-presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil, Major General Francisco Miguel da Rocha Grave Pereira, com o objetivo de apurar as implicações decorrentes da sua demissão [requerida pelo Grupo Parlamentar do PSD]

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, foi comunicada a baixa à Comissão das seguintes iniciativas legislativas:

PROJETOS DE LEI

N.º/AUTOR	ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
PJL 296/XIII/1.ª (PAN)	Visa assegurar a igualdade de acesso ao arrendamento por quem possui animais de companhia	Nova apreciação na generalidade. Por se tratar de matéria da competência da CAOTDPLH, foi deliberado solicitar ao PAR a sua redistribuição à Comissão competente.
PJL 300/XIII/2.ª (PSD/CDS-PP)	Cria o Sistema Nacional de Informação Cadastral (SNIC)	Competente: CAOTDPLH (11.ª) Conexão com as 1.ª e 7.ª Comissões.

PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO

N.º/AUTOR	ASSUNTO	OBSERVAÇÕES
PPR 22/XIII/2.ª (GOV)	Aprova o Protocolo Adicional à Convenção sobre os Direitos Humanos e a Biomedicina, relativo à Transplantação de Órgãos e Tecidos de Origem Humana, aberto à assinatura em Estrasburgo, em 24 de janeiro de 2002	Competente: CNECP (2.ª) Conexão com as 1.ª e 9.ª Comissões.
PPR 21/XIII/2.ª (GOV)	Aprova o Protocolo adicional à Convenção sobre os Direitos Humanos e a Biomedicina, relativo à Investigação Biomédica, aberto à assinatura em Estrasburgo, em 25 de janeiro de 2005	Competente: CNECP (2.ª) Conexão com as 1.ª e 9.ª Comissões

O Senhor Presidente colocou, ainda, à consideração da Comissão a eventual nomeação informal de um Deputado relator para a elaboração do parecer, a apresentar na reunião

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 1/XIII/ 2.ª SL

seguinte, sobre a [Proposta de Lei n.º 30/XIII/2.ª](#) (GOV), que procede à primeira alteração à Lei da Organização do Sistema Judiciário, aprovada pela Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto, iniciativa que dera entrada mas ainda não baixara formalmente à Comissão e cuja discussão na generalidade, em reunião plenária, encontrava-se agendada para a semana seguinte, dia 28 de setembro, com o objetivo de tornar possível a sua apreciação prévia em sede de Comissão, adiantando que já se havia procedido de igual modo em ocasiões anteriores.

O Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD) recordou que a referida proposta de lei dera entrada apenas na passada sexta-feira, dia 16, e que apenas as bancadas da maioria parlamentar que apoiava o Governo estariam em condições para elaborar o parecer.

O Senhor Deputado António Filipe (PCP) esclareceu que o seu Grupo Parlamentar teve acesso à proposta de lei na mesma data que os restantes, pelo que concordava com a mencionada falta de tempo para o tratamento de uma matéria tão complexa, posição que foi corroborada pela Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP).

O Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) expôs que, na sua opinião, deveriam ser seguidas as regras ordinárias de distribuição das iniciativas legislativas, pelo que deveria a Comissão aguardar pela baixa da iniciativa legislativa.

No final, e não havendo consenso para se proceder à nomeação de Deputado relator, foi deliberado aguardar a baixa da proposta de lei à Comissão, para então se proceder à nomeação do respetivo relator, se fosse caso disso.

No segundo ponto, por impossibilidade de o Deputado relator Pedro Delgado Alves (PS) estar presente na reunião, foi adiada a apreciação dos relatórios sobre as iniciativas europeias que lhe haviam sido distribuídas - [COM \(2016\) 197](#) ; [COM \(2016\) 270](#); [COM \(2016\) 271](#); [COM \(2016\) 272](#); e [COM \(2016\) 434](#) -, tendo o Senhor Presidente proposto que tal apreciação tivesse lugar em reunião a agendar para sexta-feira, dia 23 de setembro, pelas 9 horas e 30 minutos.

Foi, então, apreciado o relatório sobre a Proposta de Regulamento do Conselho relativo à competência, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria matrimonial e em matéria de responsabilidade parental e ao rapto internacional de crianças e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1347/2000 (reformulação) [COM \(2016\) 411](#), que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD), e, no

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 1/XIII/ 2.ª SL

final, após uma curta intervenção da Senhora Deputada Elza Pais (PS), aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Seguiu-se a apreciação do relatório sobre a Proposta de Decisão do Conselho relativa à celebração, em nome da União Europeia, de um acordo entre os Estados Unidos da América e a União Europeia sobre a proteção dos dados pessoais no âmbito da prevenção, investigação, deteção e repressão de infrações penais [COM \(2016\) 237](#), que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD), e, no final, aprovado, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e abstenções do BE e do PCP.

No terceiro ponto da ordem de trabalhos, reservado à apreciação das propostas para o plano de atividades da 2.ª sessão legislativa, o Senhor Presidente deu conta de que apenas chegara uma proposta, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP, sugerindo uma visita às novas instalações da Polícia Judiciária. O Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) pediu a compreensão de todos e solicitou a extensão do prazo em uma semana para a apresentação de propostas, secundando tal pedido o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS). Atendendo às solicitações, foi deliberado adiar esse ponto para a reunião da semana seguinte.

No ponto seguinte, foram admitidas e distribuídas ao Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD) as seguintes petições:

- [Petição n.º 168/XIII/1.ª](#) - Solicita a alteração do estatuto do Provedor da Justiça, reforçando os poderes desta entidade;
- [Petição n.º 170/XIII/1.ª](#) - Solicita alteração legislativa ao regime de passagem à situação de reserva dos Militares da Guarda Nacional Republicana, de forma a garantir a justiça e equidade de tratamento.

Dada a inexistência de pareceres da Subcomissão de Ética, passou-se ao sexto ponto da ordem de trabalhos, que consistia na apreciação do requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, para audição da Ministra da Administração Interna para prestar esclarecimentos - complementarmente às matérias suscitadas pelo PSD em requerimentos anteriores - acerca de notícias que dão conta de que o Ministro das



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 1/XIII/ 2.ª SL

Finanças iria inviabilizar a formação de 500 novas polícias devido a constrangimentos orçamentais, que foi apresentado pela Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP).

No debate que se seguiu, o Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD) declarou nada ter a opor, apesar de considerar que, no plano dos princípios, a inclusão de outros temas, por outros grupos parlamentares, poderia desviar a audição do seu objetivo político principal e que, nessa medida, a aceitação desse requerimento do CDS-PP deveria ser apreciado pelo Grupo Parlamentar primeiro requerente da audição em causa e não pela Comissão.

O Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) manifestou estranheza em relação ao momento de apresentação do requerimento, considerando a data da notícia em questão (10 de agosto do p.p.). Relativamente à questão suscitada pelo orador anterior, referiu que tal entendimento só se colocaria face a requerimentos potestativos, pelo que a discussão se situava no plano da praxe parlamentar.

Em resposta às intervenções, a Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) argumentou que a Comissão apenas reuniu uma vez desde que tais notícias foram publicadas e acrescentou que não era inédita a junção de questões nas audições, considerando, no entanto, ser importante definir uma metodologia para não haver desvio do foco político e garantir uniformidade no tratamento da questão. No final, afirmou que não se opunha a que fossem realizadas duas audições da Senhora Ministra da Administração Interna, deixando à consideração do Senhor Presidente.

O Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD) defendeu que se deveria aplicar às audições o princípio regimental da estabilidade da ordem do dia, ou seja, uma vez aprovada uma audição ao abrigo de um requerimento, o seu objeto ficaria fixado, ficando a respetiva alteração dependente de uma decisão por unanimidade

O Senhor Presidente esclareceu que o princípio da estabilidade da ordem do dia tem sido respeitado neste âmbito e alertou para a tentação de imprimir excessivo formalismo e rigidez aos métodos de funcionamento da Comissão.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 1/XIII/ 2.ª SL

No final, submetido a votação, o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Quanto ao ponto relativo aos outros assuntos, o Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim perguntou se já existia data provável para a audição da Ministra da Administração Interna, tendo o Senhor Presidente respondido não se encontrar nada agendado de momento.

Após uma curta interrupção, teve início a audiência do ex-Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil, Major General Francisco Miguel da Rocha Grave Pereira.

Após a intervenção inicial do Senhor General Grave Pereira, usou da palavra, para formular perguntas, o Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD), tendo o Senhor General respondido às questões colocadas. Seguiram-se os pedidos de esclarecimento das Senhoras e dos Senhores Deputados Filipe Neto Brandão (PS), Sandra Cunha (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP) e Jorge Machado (PCP), os quais foram respondidos conjuntamente, tendo os Senhores Deputados Carlos Abreu Amorim (PSD) e Filipe Neto Brandão (PS), bem como o Senhor Presidente, no final, agradecido a presença e os contributos dados pelo convidado.

A audição foi gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13 horas e 10 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 21 de setembro de 2016

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Bacelar de Vasconcelos)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 1/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
António Filipe
Bacelar de Vasconcelos
Carlos Abreu Amorim
Carlos Peixoto
Elza Pais
Fernando Anastácio
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Isabel Alves Moreira
Jamila Madeira
José Manuel Pureza
José Silvano
Luís Marques Guedes
Sandra Cunha
Sara Madruga da Costa
Telmo Correia
Teresa Morais
Vânia Dias da Silva
Hugo Lopes Soares
Jorge Lacão
Jorge Machado
Maria Germana Rocha
Pedro Pimpão
Susana Amador

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
António Gameiro
José Luís Ferreira
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Paulo Rios de Oliveira



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 1/XIII/ 2.^a SL